

Literatura sob controle: o romance 1984 em perspectiva crítica <https://doi.org/10.47236/2594-7036.2026.v10.2317>Dhaphynne Cristynna dos Santos de Negreiros¹
David Siqueira Fontes Neto²

Data de submissão concluída: 1º/7/2026. Data de aprovação: 10/9/2026. Data de publicação: 11/9/2026.

Resumo – O presente trabalho analisa o papel da literatura em contextos totalitários a partir do romance *1984*, de George Orwell, investigando de que modo a obra representa a literatura e a linguagem como instrumentos simultâneos de dominação e resistência. O estudo parte da compreensão do romance como forma estética oriunda da modernidade, marcada pela cisão entre sujeito e mundo, e examina como essa ruptura se materializa na trajetória do protagonista Winston Smith, cuja interioridade entra em conflito permanente com a realidade opressiva imposta pelo Partido. A pesquisa também analisa os mecanismos discursivos presentes na obra, como o *socing*, o *duplopensar* e o *novofalar*, evidenciando como o controle da linguagem atua na fabricação de subjetividades, na manipulação da memória e na naturalização da submissão. Os resultados demonstram que a literatura, mesmo sob ameaça e instrumentalização ideológica, preserva potência crítica, ao expor as contradições da modernidade e tensionar as estruturas de poder. A pesquisa possibilita compreender como *1984* confirma o romance como a forma privilegiada para narrar a experiência histórica da opressão, reafirmando a literatura como espaço de resistência simbólica, de preservação da memória e de formação da consciência crítica.

Palavras-chave: 1984. George Orwell. Literatura. Totalitarismo. Romance moderno.

Literature under control: a critical perspective on the novel 1984

Abstract – This study examines the role of literature in totalitarian contexts through George Orwell's novel *1984*, investigating how the novel portrays literature and language as simultaneous instruments of domination and resistance. The analysis is grounded in the understanding of the novel as an aesthetic form that emerged in modernity, characterized by the division between the subject and the world, and explores how this rupture is embodied in the trajectory of the protagonist, Winston Smith, whose subjectivity remains in constant conflict with the oppressive reality imposed by the Party. The research also examines the discursive mechanisms present in the novel, such as *Socing*, *Doublethink*, and *Newspeak*, demonstrating how linguistic control contributes to the fabrication of subjectivities, the manipulation of memory, and the naturalization of submission. The findings indicate that literature, even under ideological threat and instrumentalization, retains its critical potential by exposing the contradictions of modernity and challenging structures of power. The study concludes that *1984* reaffirms the novel as a privileged form for narrating the historical experience of oppression, while emphasizing literature as a space of

¹ Graduada em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa pelo *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil.  dhaphynne.negreiros@estudante.ifto.edu.br  <https://orcid.org/0009-0008-2865-706X>  <http://lattes.cnpq.br/9599930193686571>

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Letras do *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil.  david.neto@ifto.edu.br  <https://orcid.org/0009-0009-4163-4126>  <http://lattes.cnpq.br/3448912806813852>

symbolic resistance, preservation of memory, and the development of critical consciousness.

Keywords: 1984. George Orwell. Literature. Totalitarianism. Modern novel.

Literatura bajo control: una perspectiva crítica sobre la novela 1984

Resumen – El presente trabajo analiza el papel de la literatura en contextos totalitarios a partir de la novela 1984, de George Orwell, investigando de qué manera la obra representa la literatura y el lenguaje como instrumentos simultáneos de dominación y resistencia. El estudio parte de la comprensión de la novela como una forma estética surgida de la modernidad, caracterizada por la escisión entre el sujeto y el mundo, y examina cómo esta ruptura se materializa en la trayectoria del protagonista, Winston Smith, cuya interioridad entra en conflicto permanente con la realidad opresiva impuesta por el Partido. La investigación también analiza los mecanismos discursivos presentes en la obra, como el *socing*, el *doblepensar* y la *neolengua*, poniendo de manifiesto cómo el control del lenguaje actúa en la construcción de subjetividades, la manipulación de la memoria y la naturalización de la sumisión. Los resultados demuestran que la literatura, incluso bajo la amenaza y la instrumentalización ideológica, conserva su potencial crítico al poner de relieve las contradicciones de la modernidad y cuestionar las estructuras de poder. La investigación permite comprender cómo 1984 confirma la novela como forma privilegiada para narrar la experiencia histórica de la opresión, reafirmando la literatura como un espacio de resistencia simbólica, preservación de la memoria y formación de la conciencia crítica.

Palabras clave: 1984. George Orwell. Literatura. Totalitarismo. Novela moderna.

Introdução

A literatura constitui historicamente um espaço privilegiado de reflexão sobre a condição humana, possibilitando a problematização das relações sociais, políticas e materiais que atravessam os sujeitos. Em contextos totalitários, essa função adquire contornos particularmente significativos, uma vez que a palavra passa a ser controlada, silenciada ou manipulada como estratégia de dominação. Assim, a literatura passa a ocupar uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que sofre tentativas sistemáticas de controle, censura e esvaziamento simbólico, constitui-se também como espaço de resistência, preservação da memória e questionamento frente às narrativas oficiais.

O romance 1984, de George Orwell (2022), apresenta-se como eixo central de análise deste trabalho, ao representar uma sociedade em que o poder estatal exerce controle absoluto sobre os corpos, os pensamentos, a memória e a linguagem. Nesse regime, a literatura, compreendida como formação de consciência crítica, é submetida a um processo de esvaziamento, instaurando-se uma organização social na qual os discursos da verdade são manipulados, o passado é continuamente reescrito e a subjetividade é progressivamente anulada.

A partir desse panorama, o objetivo desta pesquisa é analisar como a literatura se configura em contextos totalitários e de que modo pode operar como instrumento de resistência à opressão ideológica e política, tomando como objeto de análise a obra supracitada. Busca-se, especificamente, investigar o romance, enquanto gênero literário, como forma de busca por sentido em um contexto de esvaziamento da subjetividade; identificar como a forma romanesca, em diálogo com a modernidade, representa a cisão entre o sujeito e o mundo, a partir da trajetória do personagem

Winston Smith; e compreender a função dos mecanismos discursivos e ideológicos presentes na obra, especialmente como eles se articulam no campo literário. Diante dessas proposições, a pesquisa orienta-se pela seguinte problemática: de que forma *1984* representa a literatura como instrumento de dominação e, simultaneamente, de resistência em uma sociedade totalitária? Tal questionamento permite discutir a análise literária à luz da reflexão crítica sobre a linguagem, a ideologia e o discurso presentes na narrativa.

Materiais e métodos

As definições possíveis de literatura oscilam entre concepções formalistas, sociológicas, estéticas e discursivas. No âmbito da teoria literária, Jacob e Souza (2025) destacam que a transformação dos estudos literários também se manifesta numa frequente atualização de seu cânone, mediante a incorporação de obras representativas de segmentos sociais não hegemônicos e a releitura de textos canônicos a partir das perspectivas desses grupos, constituindo-se a literatura, portanto, em uma prática cultural historicamente determinada. Assim, compreender “o que é literatura” não implica apenas delimitar seu objeto, mas reconhecer que ela é atravessada por forças sociais, políticas e ideológicas que moldam seu funcionamento e seus efeitos de sentido. Portanto, a literatura surge como um campo fértil para a contestação e reflexão sobre a condição humana, equipando-se de um poder subversivo, capaz de influenciar a percepção e as atitudes das pessoas em relação à realidade que as cerca, ao passo que amplia-se ao conectar o individual ao coletivo e o particular ao universal.

Além disso, é possível afirmar que a compreensão da literatura, suas nuances e do papel que desempenha na sociedade são questões fundamentais que norteiam a sua perspectiva de resistência à opressão. A literatura não se limita à reprodução da realidade, mas atua como espaço de recriação simbólica do mundo, articulando linguagem, história e experiência humana, constituindo-se como instrumento de reflexão crítica e resistência cultural (Espíndola *et al.*, 2026). Nessa perspectiva, a literatura abriga a complexidade humana e conserva aquilo que o poder tenta apagar: conflitos, memórias e divergências. Assim, a literatura é um trabalho com a linguagem e na linguagem. Consequentemente, a compreensão da literatura como espaço de resistência crítica requer entendê-la não apenas enquanto objeto estético, mas como forma de produção social de sentidos, capaz de questionar formas naturalizadas de organização social e cultural e favorecer o surgimento de novas formas de subjetividade e de compreensão da realidade.

Este trabalho faz uma aproximação entre modalidades autoritárias de estruturas políticas e a elaboração ficcional, a partir do romance *1984*, de George Orwell (2022), como objeto de análise. Para tanto, o estudo fundamenta-se em Bradford (2020), Martins (2022) e Orsi (2022) para a compreensão do contexto histórico e de produção da obra a partir de estudos biográficos, que situam Orwell em meio às tensões políticas do século XX; em Adorno (2003a; 2003b), Jacob e Souza (2025), Espíndola *et al.* (2026) e Zilberman (2025) no campo da teoria literária, cujas contribuições permitem compreender uma possível função da literatura e suas relações com a sociedade. Recorre-se ainda a Dutra (2023) para mobilizar a noção de literatura disruptiva, entendida como escrita literária enquanto prática de ruptura e questionamento da ordem estabelecida; e a Santos (2022) para discutir o conceito de distopia e sua materialização em *1984*.

Além disso, a pesquisa ancora-se nos aportes de Lukács (2000), que subsidiam a compreensão do romance moderno como a forma estética marcada pela ruptura da

totalidade vivida e a consequente tentativa de reconstrução, e de Dantas e Silva Filho (2022), que retomam a concepção lukacsiana e a relacionam às tentativas de definição do objeto literário. Somam-se a essas reflexões as contribuições de Rezende (2026), que analisa a crise da narração na modernidade a partir do ensaio benjaminiano e em Cunha, Severiano Júnior e Silva (2024), para compreender o conceito de indústria cultural e a lógica de reprodução. A leitura da obra também se orienta pelos estudos de Orlandi (1987; 1996; 2000) e Fiorin (2007), que possibilitam interpretar o discurso e a linguagem como prática social atravessada por relações de poder e por processos ideológicos, além das contribuições de Soares Junior, De Souza Junior e Da Silva (2026), que discutem a relação entre linguagem, discurso e totalitarismo. Por fim, integram-se a esses aportes, os estudos contemporâneos de Tavares (2021) sobre a escrita de Orwell, no que diz respeito à ampliação da compreensão da manipulação da linguagem.

O artigo organiza-se em três seções. A primeira aborda a circunstância histórica e de produção da obra, assim como o contexto social do autor. Além disso, apresenta o enredo e os principais elementos da narrativa e discute a literatura como instrumento de contestação. A segunda fundamenta a análise do romance a partir da teoria de Lukács (2000) e discorre sobre a figura do personagem Winston Smith como a expressão do sujeito cindido. A terceira dedica-se à análise e apresentação dos mecanismos discursivos e ideológicos empregados pelo Partido, como o *socing*, o *duplopensar* e o *novofalar*. O estudo culmina nas considerações finais, nas quais são retomados os principais achados da pesquisa.

Resultados e discussões

Contexto de produção e aspectos gerais da obra

A literatura, enquanto manifestação artística e discursiva, é marcada por seu potencial de significação e resistência, constituindo-se como espaço de preservação da memória humana e de resistência simbólica frente à opressão, uma vez que, através da linguagem, constrói-se um campo simbólico onde o sujeito é constantemente atravessado por forças históricas, políticas e culturais. Historicamente, quando regimes políticos buscam controlar narrativas, manipular informações e restringir formas de expressão, a literatura emerge como um espaço privilegiado para tensionar discursos hegemônicos. Assim, o ato de narrar torna-se gesto político, insurgente e crítico.

Nesse horizonte, o romance *1984*, de George Orwell, não se resume apenas a uma ficção distópica: ele opera como um instrumento crítico que tensiona os limites entre realidade e autoritarismo. Sua materialidade literária funciona como dispositivo de rememoração, denúncia e alerta, lembrando que a opressão não se instala apenas pela força, mas sobretudo pela domesticação da palavra e pela construção de consensos ideológicos que naturalizam o absurdo. A obra convoca o leitor à vigilância ética e à consciência histórica diante dos mecanismos de dominação que atravessam a linguagem, o pensamento e o corpo social.

O romance foi escrito no entremeio da Guerra Civil Espanhola (1936–1939) e nas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial (1938–1945), período no qual a ascensão do fascismo, do nazismo e do stalinismo colocou em xeque a própria noção de humanidade. Orwell, participante da Guerra Civil Espanhola, testemunhou de perto práticas autoritárias tanto da extrema direita quanto da esquerda, o que consolidou sua escrita como denúncia das engrenagens ideológicas do poder.

Em julho de 1936 teve início a Guerra Civil Espanhola, quando os falangistas, grupo fascista espanhol liderado pelo General Francisco Franco, tomaram o poder por

meio de um golpe contra o governo legitimamente eleito, mergulhando o país em um conflito armado (Orwell, 2022, p. 440). Naquele contexto, potências autoritárias como a Alemanha, a Itália e Portugal que, respectivamente, estavam sob o poder de Hitler, Mussolini e Salazar, apoiaram militarmente as forças fascistas, fortalecendo o avanço de Franco na Espanha. Esse momento histórico torna-se decisivo na vida de Orwell, que não apenas presenciou os desdobramentos da guerra, mas participou diretamente dela ao treinar cinquenta homens ligados a uma milícia anarquista do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) e atuar no front de batalha, uma vez que tal situação o indignou profundamente diante da posição do Partido Trabalhista inglês de se recusar a prestar apoio aos rebeldes que lutavam para depor os golpistas (Orwell, 2022, p. 440).

Richard Bradford, professor pesquisador da Universidade de Ulster, Reino Unido, e autor da biografia sobre George Orwell intitulada *Orwell: Um Homem do Nosso Tempo*, expõe:

Muitos escritores usaram em sua obra as próprias experiências de serviço militar, tendo lutado por seu país, na maioria dos casos, como recrutas ou voluntários. Apenas um pequeno número pegou em armas no exterior em nome de algum ideal ostensivo, e para a maior parte deles as verdadeiras motivações eram autoengrandecimento e egoísmo (ver os casos de Byron e Hemingway). Somente um estava genuinamente comprometido com sua causa e preparado para morrer por ela, independente da criação de alguma lenda: George Orwell. (Bradford, 2020, P. 170-171).

A experiência traumática com perseguições políticas, prisões arbitrárias e o jogo duplo das potências socialistas e fascistas o marcou profundamente, servindo como base para sua crítica aos regimes totalitários e moldando sua visão política que reverbera posteriormente em suas obras, sobretudo em *1984*. Orwell acompanhou os desdobramentos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, consolidando uma percepção crítica acerca do crescimento do autoritarismo no cenário global. Logo após a sua morte, em janeiro de 1950, o cenário político mundial passou a refletir de forma concreta aquilo que o autor já havia projetado em *1984*, o mundo se polarizou entre o bloco socialista, liderado pela União Soviética e composto por repúblicas incorporadas à força, somado ao crescimento da influência da China revolucionária, e o bloco capitalista, unificado sob a recém-criada Organização do Tratado do Atlântico Norte, comumente conhecida por OTAN (Bradford, 2020).

Essa configuração geopolítica aproxima-se diretamente da estrutura fictícia apresentada no romance, no qual o mundo é dividido entre três superpotências: Oceânia, Eurásia e Lestásia. Além dessa divisão, Orwell antecipou também o avanço tecnológico voltado para a produção de armamentos nucleares e a possibilidade de confrontos militares envolvendo essas potências, realidade que se tornou evidente no período pós-Segunda Guerra Mundial, contexto em que se desenvolve o universo de *1984* (Bradford, 2020). Assim, tanto sua participação na Guerra Civil Espanhola quanto suas vivências no período posterior à Segunda Guerra Mundial foram determinantes para a construção estética, política e crítica de *1984*.

Em uma carta datada de 1942 destinada ao editor do Times, Orwell expressa indignação com o tratamento dado aos prisioneiros de guerra, alertando para o risco de democracias adotarem práticas fascistas: “Ao acorrentar prisioneiros alemães em resposta a uma ação semelhante dos alemães, nós nos rebaixamos [...] ao nível dos nossos inimigos” (Orwell, 2022, p. 378). Nesse trecho, é perceptível a preocupação de Orwell, não de imaginar um futuro impossível, mas de alertar sobre os sinais visíveis de um futuro provável, visto que ele próprio identificou em democracias e movimentos antifascistas, práticas autoritárias capazes de alimentar o mesmo ciclo

de opressão que combatiam. Essa experiência consolidou uma degradação ética, que mais tarde aparecerá no romance como apagamento moral coletivo.

Em outra carta, de 1948, Orwell confidencia ao editor Fredric Warburg que o manuscrito de sua nova obra estava praticamente concluído, embora ilegível, e menciona o título provisório:

Não posso enviá-lo, pois é um manuscrito incrivelmente ilegível e ninguém poderia entendê-lo sem alguma explicação. [...] Não estou satisfeito com o livro, porém tampouco estou absolutamente insatisfeito. Pensei nele na primeira vez no ano de 1943. Acho que a ideia é boa, mas a execução teria sido melhor se eu não o tivesse escrito com os sintomas de tuberculose. Não fixei o título em definitivo, mas estou entre 1984 e O Último Homem na Europa (ORWELL, 2022, p. 383).

Embora todo o manuscrito da obra tenha sido concluído em 1948 e publicado somente em 1949, o título “1984” foi uma inversão do próprio ano de escrita. Reconhecido como um dos romances mais significativos do último século, o livro chegou a ser censurado na União Soviética devido à forma minuciosa com que retratava características semelhantes ao regime soviético (Bradford 2020). Nesse sentido, conforme destaca Carlos Orsi, no posfácio da edição brasileira, diversos elementos da narrativa estabelecem paralelos diretos com figuras históricas do stalinismo: “os bigodes do Grande Irmão são os bigodes do ditador soviético Josef Stálin”, enquanto “a face do teórico da oposição, o mítico e odiado Goldstein, é a face de Leon Trótski, expulso da União Soviética em 1928 e assassinado, a mando de Stálin, no México, em 1940” (Orsi, 2022, p. 366). Tais aproximações reforçam a dimensão histórica da crítica orwelliana, evidenciando que, embora ambientado em um futuro distópico, *1984* dialoga diretamente com os totalitarismos do século XX.

A obra nasceu, portanto, sob a experiência do adoecimento físico e sob as profundas tensões sociais, políticas e ideológicas de seu tempo. Orwell escreveu *1984* enquanto seu corpo sucumbia à tuberculose em um cenário histórico em que o mundo estava marcado pelas ruínas da guerra, pela ascensão de regimes totalitários e pela disputa ideológica desse período. Nesse sentido, Jacob e Souza (2025) evidenciam que as práticas literárias e os critérios utilizados para sua criação e compreensão se transformam historicamente, não constituindo categorias fixas ou imutáveis, mas circunstanciais. Sob essa perspectiva, *1984* pode ser compreendido como uma elaboração literária dos traumas da guerra e da desconfiança diante da propaganda governamental. Muito embora a literatura não deva ser compreendida como um simples espelho da realidade social, mas como uma forma particular de vivenciar e elaborar esse contexto, participando dele e, simultaneamente, contribuindo para sua construção. De acordo com Adorno (2003, p. 66), “a referência ao social não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela”. Desse modo, a obra orwelliana, parte de uma realidade que fora observada, vivenciada e questionada a partir do seu contexto histórico e literário, emergindo como resposta crítica a um tempo em que verdade, memória e liberdade se tornavam conceitos instáveis.

A narrativa de *1984* é dividida em três partes, que se passam numa realidade fictícia do ano de 1984, em uma sociedade totalitária controlada pelo Partido, que é liderado pelo enigmático Grande Irmão (Big Brother), símbolo de representação do poder absoluto, cujo “rosto de bigode preto com olhos atentos espalhados por todos os lugares de destaque” (Orwell, 2022, p. 32) aparece em cartazes acompanhados do slogan: “O GRANDE IRMÃO ESTÁ OBSERVANDO VOCÊ” (Orwell, 2022, p. 32). A

vigilância é contínua e se dá por meio das teletelas, que, ao mesmo tempo, transmitem propaganda e observam ininterruptamente os cidadãos. A parte I da narrativa consiste na elaboração do mundo ficcional da narrativa, que se inicia em Londres, na superpotência Oceânia, um dos três grandes blocos geopolíticos ao lado de Eurásia e Lestásia, que dominam o mundo e se mantêm em guerra permanente e alternada, sem que a população tenha clareza sobre quem é o inimigo atual.

No enredo, a narrativa acompanha o protagonista Winston Smith, um homem de 39 anos que trabalha no Ministério da Verdade, onde sua função consiste em reescrever constantemente documentos para que se ajustem às versões oficiais do Partido. Essa prática é sintetizada pela máxima central do romance: “Quem controla o passado controla o futuro. Quem controla o presente controla o passado” (Orwell, 2022, p. 292). A instabilidade do passado provoca em Winston uma crescente inquietação, levando-o ao processo de despertar da consciência crítica. Ele compra um caderno clandestino, que logo torna-se seu diário, e começa a escrever seus pensamentos a respeito do que via acontecer no dia a dia e suas impressões sobre as atitudes do Partido, gesto que representa um primeiro ato de resistência individual. A escrita surge como tentativa de preservar a subjetividade e a memória em um mundo que busca apagá-las. Contudo, esse despertar é marcado pelo medo constante, pois Winston sabe que a vigilância é absoluta e que qualquer forma de dissidência pode levar à aniquilação (Orwell, 2022).

Na Parte II, o romance desloca-se do plano da resistência interior para uma tentativa de resistência concreta. Winston inicia um relacionamento amoroso com Julia, colega de trabalho que, à primeira vista, aparenta lealdade ao Partido. O casal passa a se encontrar em locais aparentemente seguros, como um quarto alugado sobre uma loja de antiguidades. Nessa conjuntura, o romance entre ambos constitui um ato de transgressão, uma vez que o Partido condena relações afetivas verdadeiras, pois estas criam vínculos que escapam ao controle estatal e criam lealdades concorrentes ao Estado. A Parte III marca a virada definitiva da narrativa. Winston e Julia são presos pela Polícia do Pensamento e levados ao Ministério do Amor, edifício sem janelas, cercado por arame farpado e guardas armados. Nesse espaço, o regime revela seu objetivo último: não apenas eliminar o dissidente, mas reconstruí-lo ideologicamente e retorná-lo à sociedade.

Esta conjuntura ficcional configura a percepção da narrativa de *1984* como literatura disruptiva. Dutra (2023), em análise da obra de Campos de Carvalho, discorre que a literatura disruptiva rompe intencionalmente com as convenções narrativas tradicionais, subvertendo estruturas lineares, desestabilizando expectativas e tensionando formas literárias já cristalizadas. Trata-se de uma escrita que não busca apenas representar o real, mas intervir nele, de modo a provocar deslocamentos na percepção do leitor. A ruptura formal, estética ou temática é aqui elemento essencial, pois obriga o leitor a confrontar aquilo que, no cotidiano, costuma ser naturalizado.

Em *1984*, Orwell adota uma estrutura literária que se coloca frontalmente contra as normas narrativas do romance clássico, pois a sua construção não se limita ao relato ficcional, mas opera como dispositivo crítico em constante diálogo com o mundo “fora” da obra. A forma romanesca marcada pela frieza descritiva, pela narrativa quase documental e pela atmosfera claustrofóbica produz estranhamento no leitor. Essa escolha formal é, ela mesma, disruptiva, visto que, ao invés de oferecer catarse, oferece inquietação, ao invés de imergir o leitor em um mundo distante, faz com que ele reconheça naquele universo traços inquietantemente familiares. Portanto, compreender *1984* como literatura disruptiva significa reconhecer que o romance se

opõe ao silenciamento totalitário e preserva a memória e lembra aquilo que a política por vezes tenta apagar e o poder tenta suprimir.

Diferentemente da utopia clássica, que projeta sociedades ideais como horizonte de transformação, a distopia opera por meio da exacerbação de tendências já presentes na realidade histórica, expondo seus desdobramentos mais extremos. Assim, Santos (2022) corrobora essa perspectiva ao afirmar que o gênero distópico constrói sociedades totalitárias que usam o controle disciplinar sobre os indivíduos, caracterizando-se pela inexistência de liberdade e individualidade. Logo, a ficção distópica não imagina um futuro improvável, mas radicaliza elementos do presente para revelar os riscos da apatia política, da alienação social e da naturalização do controle. Dessa forma, a distopia emerge como resposta estética e política a esse esvaziamento: ao invés de propor mundos ideais, ela denuncia a impossibilidade de mudança quando a sociedade abdica do pensamento crítico.

É nesse horizonte que *1984* se insere como uma alegoria da luta entre dominação ideológica e resistência cultural, pois a narrativa orwelliana expõe um mundo construído a partir da intensificação de práticas já reconhecidas, tais como a vigilância, a manipulação da linguagem, o controle da memória e a submissão ideológica. Assim, a história centra-se na anulação do indivíduo enquanto sujeito histórico e crítico.

Dessa forma, a partir da afirmativa de que “a esperança reside na ficção”, Martins (2022) aponta para a função social da literatura enquanto espaço de pensamento crítico, de modo que a obra literária não silencia as contradições, mas as expõe, rompe consensos e, ao fazê-lo, afirma a subjetividade frente aos sistemas que buscam diluí-la. Assim, se a ficção é esperança, é porque a realidade flerta constantemente com o abismo que Orwell narra. A obra não apenas imagina apenas um futuro hipotético, que pode algum dia acontecer, mas também denuncia estruturas de poder já vistas na história, expondo como regimes totalitários operam por meio da manipulação discursiva, do controle da memória e da supressão da subjetividade. A ficção, nesse quadro, torna-se campo de resistência e alerta histórico, deixando de ser apenas construção imaginária e se convertendo em provocação histórica. Essa capacidade de confrontar as estruturas de poder também é destacada por Zilberman (2025), ao observar que a literatura representa e problematiza temas indesejados pelos grupos dominantes, podendo, por isso, tornar-se alvo de perseguição por instituições repressoras. Segundo a autora, o caráter revolucionário da literatura não diminui seu interesse ou sua relevância, uma vez que ela continua encontrando novos públicos e reafirmando sua capacidade de resistência. Dessa forma, a literatura mantém sua importância como espaço de reflexão e de questionamento das relações entre cultura, história, subjetividade e sociedade.

1984 e o romance como gênero literário da modernidade

O surgimento do romance como gênero literário dominante na modernidade não pode ser compreendido como um fenômeno meramente estético ou formal, mas como resposta histórica às profundas transformações sociais, políticas e simbólicas que reconfiguraram a experiência humana. A dissolução das estruturas tradicionais de sentido e a fragmentação da vida social instauraram um cenário no qual a totalidade, antes percebida de modo orgânico, tornou-se inalcançável no mundo moderno. É nesse contexto que o jovem Gyorgy Lukács elabora sua obra *A Teoria do Romance*, na qual compreende o romance como a forma literária própria de um mundo marcado pela cisão entre sujeito e realidade.

Para Lukács (2000), a epopeia antiga só foi possível em uma sociedade na qual o indivíduo encontrava no mundo exterior uma correspondência imediata com seus

valores interiores. O herói épico não buscava sentido, pois o sentido já estava dado. A modernidade, entretanto, rompe essa unidade: o mundo deixa de oferecer respostas totalizantes, e o sujeito passa a viver uma existência problemática, atravessada pela perda de orientação e pela instabilidade histórica e pela dissolução das certezas metafísicas. O romance emerge, assim, como forma narrativa capaz de simbolizar essa condição, transformando a fragmentação em princípio estético (Lukács, 2000).

Essa perspectiva teórica permite compreender *1984*, de George Orwell, não apenas como uma obra de crítica política ao totalitarismo, mas como um romance profundamente enraizado nas contradições da modernidade. Estando inserida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em meio ao avanço de regimes autoritários e à crise das democracias liberais, a obra articula forma literária e conteúdo histórico de modo indissociável. O universo narrativo da obra encena uma sociedade na qual a cisão entre sujeito e mundo atinge seu grau máximo, e a totalidade social se apresenta como estrutura opressiva, fechada e inquestionável.

O mundo moderno, segundo Lukács (2000), é um mundo “abandonado por Deus”, no qual a totalidade deixou de ser experiência imediata e passou a existir apenas como ideal perdido.

O romance é a epopéia do mundo abandonado por deus; a psicologia do herói romanesco é a demoníaca; a objetividade do romance, a percepção virilmente madura de que o sentido jamais é capaz de penetrar inteiramente a realidade, mas de que, sem ele, esta sucumbiria ao nada da inessencialidade - tudo isso redonda numa única e mesma coisa, que define os limites produtivos, traçados a partir de dentro, das possibilidades de configuração do romance e ao mesmo tempo remete inequivocamente ao momento histórico-filosófico em que os grandes romances são possíveis, em que afloram em símbolo do essencial que há para dizer. (Lukács, 2000, p. 89-90)

Desse modo, “o romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência” (Lukács, 2000, p. 91). Diferentemente da epopeia, em que o homem se encontrava em unidade com o mundo, estando em um perfeito equilíbrio e harmonia com a figura do divino, o sujeito moderno percebe que algo se rompeu e, a partir dessa consciência, passa a buscar, ainda que de forma fragmentária, um sentido para sua existência.

O romance, portanto, como gênero aberto, não oferece uma síntese pronta, mas materializa na linguagem a tensão entre o desejo de totalidade e a impossibilidade histórica de alcançá-la. Essa tensão constitui a própria força motriz da narrativa romanesca. Obras clássicas como *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, e *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, elaboram, à sua maneira, esse mesmo movimento, ao apresentarem personagens que, em confronto com a realidade histórica e social, revelam descompasso entre a idealização e o mundo concreto. Assim, a forma do romance nasce do conflito entre a interioridade do sujeito e um mundo que já não lhe corresponde, transformando essa fratura em estrutura estética.

Nesse sentido, o herói moderno é aquele que busca reunificação, que tenta atribuir sentido a um mundo esvaziado de referências. Logo, o romance passa a ser o espaço onde o sujeito tenta recuperar de alguma maneira a totalidade, mesmo sabendo que essa recuperação, se não for mesmo uma mera impressão, é sempre parcial e provisória.

Trata-se de uma busca necessariamente marcada pelo fracasso, pois a modernidade não permite a reconciliação plena entre sujeito e totalidade (Lukács,

2000). Essa concepção transforma radicalmente o papel da narrativa. O romance não se propõe a ensinar, moralizar ou reconciliar, mas a expor a condição problemática do sujeito moderno. Nesse contexto, a modernidade inaugura uma crise estrutural da narração, na medida em que a arte de narrar entra em declínio com a insurgência do romance burguês como forma literária de prestígio e a ascensão da informação como forma de comunicação que aspira à verificação imediata (Rezende, 2026). O narrador, outrora portador de uma sabedoria coletiva fundamentada na experiência compartilhada, vê-se substituído pela figura solitária do indivíduo moderno, incapaz de transmitir experiências compartilháveis (Rezende, 2026).

Nesse sentido, o romance torna-se a forma literária adequada para representar a negatividade da experiência moderna. A narrativa não conduz à síntese, mas à exposição das contradições. O herói não triunfa: ele resiste, busca, erra e, muitas vezes, sucumbe. Essa estrutura narrativa reflete a própria impossibilidade de integração do sujeito ao mundo social, fazendo do romance a forma estética da crise, capaz de abarcar a heterogeneidade da modernidade, a fragmentação e a incompletude do homem moderno.

A figura de Winston Smith, protagonista de *1984*, exemplifica de maneira contundente a noção de Lukács sobre o homem cindido. Winston vive em um mundo no qual a totalidade social se apresenta como força opressiva e inquestionável. O Partido controla não apenas as instituições políticas, mas a linguagem, a memória e o pensamento, eliminando qualquer possibilidade de mediação entre interioridade e realidade objetiva. Ele, por sua vez, mantém uma consciência crítica fragmentária, marcada por dúvidas, lembranças difusas e impulsos de resistência que não encontram correspondência no mundo exterior.

Ele se deu conta de que aquilo que de fato caracterizava a vida moderna não eram a crueldade e a insegurança, e sim a crueza, a melancolia e a indiferença. Olhando ao redor, era possível constatar que a vida era bem diferente não só de mentiras emitidas pela teletela, mas inclusive dos ideias que o Partido buscava atingir. [...] O ideal pregado pelo partido era uma coisa imensa, terrível e reluzente (Orwell, 2022, p. 104).

Essa condição evidencia a cisão radical entre sujeito e mundo: exteriormente, Winston é um funcionário obediente; interiormente, é um sujeito em conflito permanente. Sua busca por sentido, manifestada nos atos de escrever, de amar e de lembrar, constitui, no contexto de *1984*, um gesto de resistência como uma tentativa de recompor fragmentos de sentido em um mundo que sistematicamente os destrói. Tal configuração confirmaria a tese lukacsiana de que o herói do romance moderno é um indivíduo deslocado, cuja interioridade se choca continuamente com uma realidade hostil e fechada. Winston é um herói problemático: seu desejo por autenticidade ocorre em um mundo que já não oferece condições para a realização dessa busca, que se torna uma urgência subjetiva quanto mais o personagem se apercebe da realidade “de fora”.

Quanto a uma possível formulação acerca da função da literatura na perspectiva de Lukács (2000), esta é entendida como elemento de mediação entre o sujeito e o mundo, ao oferecer uma expressão crítica e imaginária da totalidade social. Ainda que a totalidade não seja mais vivida de maneira orgânica na modernidade, ela permanece como horizonte ético e estético da forma romanesca. A literatura, nesse sentido, não restitui a unidade perdida, mas a simboliza, permitindo ao sujeito reconhecer a fratura que o separa do mundo. Como observam Dantas e Silva Filho (2021), o romance transforma a cisão em símbolo, fazendo da perda da totalidade o próprio conteúdo

formal da obra. Dessa forma, “o romance configura o mundo moderno que não aparece mais como poético”, cabendo ao artista “configurar uma experiência reduzida, individualizada, no mundo moderno demasiado grande” (Dantas; Silva Filho, 2021, p. 133). Assim, em uma sociedade marcada por rupturas históricas, o romance, ao refletir a vida social, expressa tensões e permite ao leitor tomar consciência das relações de poder que moldam sua existência (Dantas; Silva Filho, 2021).

A imaginação literária ocupa papel central nesse processo. É por meio dela que a experiência fragmentada pode ser organizada simbolicamente, ainda que sem alcançar uma síntese reconciliadora. A literatura, enquanto expressão crítica e imaginária, permite ao sujeito elaborar conflitos históricos, sociais e existenciais, produzindo narrativas e imagens simbólicas que condensam sentidos não imediatamente acessíveis na experiência cotidiana. Trata-se de uma imaginação mediada pela linguagem, que não reproduz a realidade de forma passiva, mas a reconfigura criticamente. Assim, mesmo marcada pela crise, a literatura moderna preserva sua dimensão política e reflexiva: ela expõe o mundo como problema e convoca o leitor a pensar sobre as condições históricas e sociais que produzem essa problemática.

Entretanto, quando essa função simbólica é comprometida, a literatura perde sua capacidade mediadora. A redução da imaginação implica a redução do próprio sujeito, uma vez que a forma literária deixa de operar como espaço de elaboração crítica da experiência. É justamente esse processo que *1984* dramatiza, ao apresentar uma sociedade na qual a literatura é sistematicamente esvaziada de sua potência crítica e imaginária: a literatura não é simplesmente apagada ou destruída; ela é apropriada e reorganizada pelo Partido. Há romances, poemas, canções e narrativas, mas todos são produzidos por máquinas, sob rígido controle ideológico. Trata-se de uma literatura sem autoria, sem experiência e sem imaginação. O Partido não elimina a forma literária; ele a transforma em simulacro, esvaziando-a de qualquer conteúdo crítico ou simbólico. Winston nos revela:

Assim, que todas as correções consideradas necessárias em determinada edição do Times fossem reunidas e coladas, a edição seria reimpressa, a cópia original, destruída, e a corrigida, colocada em seu lugar nos arquivos. Esse processo de alteração contínua era aplicado não só a jornais, mas também a livros, periódicos, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, gravações sonoras, cartuns, fotografias – **qualquer tipo de literatura ou documentação** passível de conter alguma relevância política ou ideológica. Dia a dia, quase minuto a minuto, o passado era atualizado (Orwell, 2022, p. 69, grifo nosso)

Em outro trecho, continua:

E o Departamento de Registros era apenas uma das ramificações do Ministério da Verdade, cuja função principal não era reconstruir o passado, e sim fornecer aos cidadãos da Oceânia jornais, filmes, livros didáticos, programas de teletelas, peças teatrais, romances – toda e qualquer forma concebível de informação, instrução e entretenimento, de uma estátua a um slogan, de um poema lírico a um tratado biológico, de uma cartilha de ensino infantil a um dicionário de um novofalar (Orwell, 2022, p. 72).

Nesse sentido, a literatura, enquanto expressão da subjetividade humana, é suprimida em favor de textos técnicos e doutrinários. Orwell (2022, p. 84) destaca: “Toda literatura do passado vai ter sido destruída. Chaucer, Shakespeare, Milton, Byron — eles só vão existir na versão do *novofalar*...”. Assim, o regime aniquila a

memória cultural, impedindo a formação de uma consciência crítica e a possibilidade de resistência simbólica.

Esse fenômeno pode ser compreendido à luz da crítica à cultura e do conceito de indústria cultural. A respeito disso, Cunha, Severiano Júnior e Silva (2024) debatem que a indústria cultural transforma a arte em produto padronizado, submetido à lógica da reprodução e da funcionalidade social, aniquilando sua autonomia estética e sua capacidade de expressar a experiência humana. Em 1984, essa lógica é radicalizada: a literatura passa a existir apenas enquanto instrumento de reprodução ideológica, perdendo sua autonomia estética e sua capacidade de expressar a experiência humana. A produção literária oficial de Oceânia não nasce da interioridade de um sujeito, mas de um sistema automatizado. Não há narrador no sentido pleno do termo, há apenas enunciadores programados para repetir fórmulas. Essa literatura não narra conflitos, não elabora contradições, não produz imagens simbólicas, ela apenas reforça o discurso do poder. O resultado é uma cultura literária que existe formalmente, mas está vazia de sentido.

Em contraste com a literatura produzida pelo Partido, o diário de Winston Smith representa o último vestígio da literatura como expressão crítica. Sua escrita não obedece a normas estéticas tradicionais, tampouco busca reconhecimento público, trata-se de um gesto existencial, por meio do qual o sujeito tenta reescrever sua experiência em um mundo que a nega. Ao escrever, Winston produz imagens, memórias e sentidos que escapam ao controle ideológico, reintroduzindo sentido onde o regime tenta instaurar um vazio, a escrita clandestina resiste ao apagamento discursivo imposto pela redução do vocabulário, reduzindo também a capacidade de pensamento. Vejamos:

Ele se perguntou outra vez para quem estava escrevendo o diário. Para o futuro, para o passado — para uma época que poderia ser imaginária. E diante dele não estava a morte, mas a aniquilação. O diário seria reduzido a cinzas, e ele, a vapor. Apenas a Polícia do Pensamento leria o que escreveu, antes que apagassem sua existência da memória. Como fazer um apelo para o futuro se nem um vestígio da pessoa, nem ao menos uma palavra anônima escrita em uma folha de papel, poderia ter sua sobrevivência física garantida? (Orwell, 2022, p. 57).

À luz da percepção de Lukács (2000) acerca do romance e do próprio gesto da escrita, o diário secreto de Winston materializa a busca por sentido em um mundo fragmentado, ainda que essa busca esteja condenada ao fracasso. Winston escreve porque precisa elaborar sua cisão, mesmo sabendo que não haverá reconciliação. A escrita torna-se, assim, forma de resistência simbólica, ainda que precária e solitária. A proibição dessa escrita revela que o perigo não está somente na literatura enquanto objeto material, mas na imaginação crítica que ela convoca. O Partido tolera a literatura enquanto simulacro, mas não admite a literatura enquanto expressão da interioridade. O diário de Winston ameaça o regime porque reinstaura a relação entre sujeito e experiência, condição indispensável para qualquer forma de consciência crítica.

Sob o mesmo ponto de vista, o projeto da *novilíngua* ocupa lugar central nesse processo de redução da literatura, visto que, ao restringir o vocabulário e eliminar palavras consideradas perigosas, o Partido não apenas controla a comunicação, mas limita as possibilidades do pensamento e da imaginação. Como consequência, a literatura perde sua capacidade de criar imagens complexas, metáforas e ambiguidades, elementos essenciais para a elaboração simbólica da experiência.

Logo, quando a linguagem é empobrecida, a literatura torna-se incapaz de simbolizar a totalidade, ainda que de maneira negativa. A *novilíngua*, ao reduzir o campo semântico, reduz também o campo imagético do sujeito. Desse modo, se na modernidade já se produz uma atrofia da experiência transmissível, em 1984, essa atrofia é institucionalizada. Assim, a linguagem deixa de ser espaço de memória e torna-se mecanismo de esquecimento, e a literatura, privada de imagens e de negatividade, converte-se em simples veículo de informação ideológica. Em 1984, a *novilíngua* encena de forma extrema esse processo, demonstrando que controlar a linguagem é controlar a realidade, o pensamento e, em última instância, a própria subjetividade.

Linguagem, ideologia e discurso

No universo distópico de 1984, a dominação política não se sustenta apenas pela coerção física, pela vigilância ou pela repressão direta, mas, sobretudo, pelo controle sistemático da linguagem e do discurso. O Partido institui um regime discursivo absoluto, no qual a realidade é permanentemente reconfigurada conforme seus interesses políticos, pois compreende que governar corpos é insuficiente: é preciso governar consciências. Assim, a linguagem deixa de ser espaço de comunicação para converter-se em instrumento de poder, por meio do qual se fabricam verdades, moldam-se subjetividades e administram-se a memória e o pensamento.

Nesse horizonte, esta seção mobiliza os conceitos de linguagem, discurso e ideologia a partir das contribuições teóricas de Eni Pucinelli Orlandi (1987; 1996; 2023) e José Luiz Fiorin (2007), compreendendo a linguagem como prática social historicamente situada, atravessada por relações de poder e por processos ideológicos. Essa base teórica possibilita entender o discurso como espaço privilegiado de produção, circulação e controle de sentidos. A partir dessa abertura é possível apresentar e descrever o funcionamento interno dos termos *socing*, *duplopensar* e *novofalar* (ou *novilíngua*), que estabelecem, a partir da linguagem, instrumentos responsáveis por reorganizar o pensamento e limitar o campo de expressão dos indivíduos.

A linguagem como fenômeno social

A linguagem constitui um dos pilares fundamentais da organização social, uma vez que é por meio dela que os sujeitos constroem sentidos, compartilham experiências, elaboram identidades e interpretam o mundo. Mais do que um simples instrumento de comunicação, a língua configura-se como prática social historicamente situada, atravessada por valores, crenças e disputas simbólicas. Nesse sentido, compreender a linguagem requer reconhecê-la como espaço de produção de sentidos e como elemento estruturante das relações humanas.

Dessa forma, o conceito de linguagem, às vistas da Análise do Discurso, em Orlandi (2000, p. 15), concebe a linguagem como a “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”, isto é, o mecanismo de interação entre dois falantes, que possibilita o surgimento do discurso, que “é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando” (Orlandi, 2000, p. 15). A autora ainda reforça que a linguagem não é transparente, pois nem os sujeitos, nem os sentidos, nem a própria língua são neutros. Tudo se constitui historicamente. Dessa forma, falar é sempre falar a partir de um lugar social, de um espaço geográfico, de um contexto social, histórico e ideológico. Se a linguagem é a capacidade humana de significar o mundo, a língua constitui seu sistema material, historicamente construído (Orlandi, 2000).

Nessa mesma direção, Fiorin (2007) afirma que “a linguagem é um fenômeno extremamente complexo, que pode ser estudado de múltiplos pontos de vista, pois pertence a diferentes domínios. É, ao mesmo tempo, individual e social, física, fisiológica e psíquica” (Fiorin, 2007, p. 9). Tal afirmação evidencia que a linguagem não se restringe à função comunicativa, mas articula dimensões individuais e coletivas. Os sujeitos percebem a realidade a partir dos sistemas simbólicos que lhes são oferecidos socialmente e, dessa forma, a língua não apenas nomeia os objetos do mundo, mas organiza a experiência humana, orientando modos de pensar, sentir e agir. Assim, a linguagem não reflete passivamente a realidade, mas participa ativamente de sua construção.

Ao aprender uma língua, o sujeito aprende também uma determinada forma de ver o mundo. Logo, a aprendizagem linguística “cria uma consciência verbal que une cada indivíduo aos membros de seu grupo social” (Fiorin, 2007, p. 44). Desse modo, a língua participa diretamente da constituição identitária, portanto, falar uma língua é também inscrever-se em uma formação social específica. Compreendendo a linguagem como prática social, Fiorin (2007) destaca que o discurso não se reduz a palavras isoladas, mas se constrói na articulação de múltiplos elementos linguísticos. De tal maneira que

O discurso são as combinações de elementos linguísticos (frases, conjunto de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psico-físico-fisiológica do discurso. Ele é rigorosamente individual, pois é sempre eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (Fiorin, 2007, p. 11)

Essa definição evidencia que o discurso é ação, pois, ao falar, o sujeito não apenas comunica, mas intervém no mundo, produzindo efeitos de sentido. Assim, a linguagem não se restringe à transmissão de informações, mas também transmite valores ideológicos. Dessa forma, o sujeito, ao exteriorizar seu discurso, ocupa uma posição discursiva, marcada por condições sociais e ideológicas específicas que o compõem. Nesse sentido, o discurso constitui espaço de disputa simbólica, pois, ao agir sobre o mundo por meio da palavra, o sujeito participa da construção da realidade social.

Sob essa ótica, Fiorin (2007) destaca que a ideologia atua como um sistema de explicação da realidade, legitimando a ordem social vigente. Ela naturaliza desigualdades e relações de dominação, apresentando-as como inevitáveis, bem como mascara as contradições sociais, fazendo com que relações de exploração apareçam como normais ou necessárias. Esse processo se dá porque “a ideologia ‘falsa consciência’ ocorre quando se toma a aparência da realidade como se fosse a própria essência” (Fiorin, 2007, p. 29). Portanto, a ideologia não se limita à esfera do pensamento, mas se materializa na linguagem, nos discursos e nas práticas sociais.

A linguagem torna-se, assim, o principal espaço de circulação e legitimação ideológica, uma vez que não há como visualizar uma separação possível entre língua e ideologia, pois “as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia é indissociável dela. As ideias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos” (Fiorin, 2007, p. 33). Paralelamente, Soares Junior, De Souza Junior e Da Silva (2026) discutem a relação entre a constituição da linguagem e o papel central do discurso na participação do indivíduo na esfera social, partindo da hipótese de que a predominância de discursos monolíticos favorece o surgimento de regimes totalitários. Tais regimes buscam

sistematicamente a homogeneização cultural e social, transformando todas as formas de alteridade em ameaças a serem eliminadas.

Em outra perspectiva, Tavares (2021) problematiza a leitura mais comum de 1984, que costuma associar a obra a previsões tecnológicas ou a uma espécie de profecia sobre o futuro. Para a pesquisadora, essa interpretação reduz o alcance crítico do romance, uma vez que desloca o foco daquilo que é central em Orwell: a manipulação política da linguagem e a produção de subjetividades controladas. Em seu sentido original, a obra remete à crítica das engrenagens discursivas do poder e à forma como a linguagem é instrumentalizada para moldar as subjetividades.

A autora destaca que a força de 1984 reside justamente na capacidade de expandir o olhar do leitor para compreender as tensões sociais e políticas do presente, fato que se encontra exacerbado na manipulação da linguagem. A escrita do romance não se orienta apenas por um projeto estético formalista, mas por um compromisso ético-político: expor falácias, denunciar contradições e revelar os mecanismos de dominação que operam nas instituições (Tavares, 2021). Desse modo, a leitura proposta por Tavares (2021) reforça a centralidade da linguagem como campo de disputa simbólica em 1984, aspecto que dialoga diretamente com a presente análise. Ao evidenciar que o romance não se trata apenas de vigilância, mas, sobretudo, de construção discursiva da realidade, a autora contribui para compreender como o Partido opera por meio da reconfiguração dos sentidos, da supressão de palavras e da imposição de formas legítimas de dizer e pensar.

Em 1984, torna-se evidente que a manipulação discursiva não ocorre de modo aleatório, mas obedece a uma lógica sistemática e institucionalizada. O controle da linguagem, portanto, não se limita à alteração pontual de enunciados, mas integra um projeto ideológico mais amplo, sustentado por princípios que organizam o funcionamento do regime. É nesse contexto que se insere o *socing*, doutrina oficial do Partido, responsável por estruturar politicamente a sociedade da Oceânia e legitimar as práticas de dominação.

Socing: um princípio ideológico do Partido

No interior da narrativa de 1984, o termo *socing* (Socialismo Inglês) constitui a doutrina oficial do Partido e funciona como eixo estruturante do regime totalitário da Oceânia. Trata-se menos de uma ideologia política no sentido clássico e mais de um dispositivo discursivo de poder, cuja função central é garantir a perpetuação da hierarquia social e a manutenção do Partido no comando. Conforme o próprio narrador explicita: “a sociedade da Oceânia se assenta em última análise na crença de que o Grande Irmão é onipotente e o Partido é infalível” (Orwell, 2022, p. 252).

Orwell (2022, p. 242) afirma que o surgimento do movimento do *socing* ocorre em meados do século XX com o intuito de “perpetuar a ausência de liberdade e igualdade”. Nesse sentido, o *socing* se configura como uma ideologia totalitária não apenas por seu conteúdo político, mas sobretudo por sua capacidade de penetrar todas as esferas da vida social e psíquica dos sujeitos. Diferentemente das ideologias clássicas, que operam no plano das ideias e programas políticos, o *socing* atua como um sistema de controle integral, regulando linguagem, memória, pensamento e afetos.

No contexto da narrativa, no livro lido por Winston, intitulado “Teoria e Prática do Coletivismo Oligárquico” (Orwell, 2022, p. 221), evidencia-se que o verdadeiro objetivo do *socing* não é promover igualdade ou justiça social, mas assegurar a estabilidade de uma sociedade rigidamente estratificada. O texto afirma que, embora o discurso revolucionário prometa igualdade, na prática o resultado é a permanência da desigualdade econômica:

O *Socing*, que surgiu do movimento socialista anterior e herdou seu linguajar, de fato realizou o item número um do programa socialista; e como resultado, não só previsto como pretendido de antemão, a desigualdade econômica se tornou permanente (Orwell, 2022, p. 246).

Esse trecho revela o caráter contraditório da ideologia: o vocabulário socialista é preservado, mas seu conteúdo é esvaziado. Observa-se, assim, o funcionamento de uma apropriação de palavras historicamente associadas à emancipação para produzir efeitos ideológicos opostos. O *socing* opera, portanto, como uma formação discursiva que captura sentidos progressistas para produzir efeitos ideológicos opostos.

A sustentação da ideologia do *socing* ocorre por meio do controle absoluto do passado. Segundo o livro de Goldstein, a alteração histórica é “necessária por duas razões, sendo uma delas suplementar e, por assim dizer, preventiva” (Orwell, 2022, p. 252). Em seguida, o texto afirma: “a mutabilidade do passado é o princípio fundamental do *Socing*. Os eventos do passado em tese não têm existência subjetiva [...] o passado é aquilo que os registros e as memórias determinarem” (Orwell, 2022, p. 253). No caso da Oceânia, o Partido controla todos os arquivos e, conseqüentemente, controla o que pode ser dito, lembrado e acreditado. A história deixa de ser um campo de investigação e se transforma em um instrumento de dominação. O *socing* não apenas reescreve fatos, mas impõe versões oficiais como únicas possíveis, anulando qualquer forma de contestação. Em 1984, esse funcionamento torna-se evidente quando o Partido monopoliza a produção da verdade. O’Brien explicita essa lógica ao afirmar a Winston: “A realidade existe na mente humana e em nenhum outro lugar. Não do indivíduo, que pode se equivocar, mas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. Aquilo que o Partido aponta como a verdade é a verdade” (Orwell, 2022, p. 293).

Segundo Orlandi (1987), esse funcionamento caracteriza um discurso autoritário, no qual o sujeito não tem acesso à polissemia da linguagem, isto é, há a supressão da possibilidade de múltiplos sentidos na linguagem, o que conduz o sujeito a aceitar sentidos pré-fabricados. Em outras palavras, isso significa que os sentidos não são negociados, mas impostos. A autora define que

Discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero da ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando (Orlandi, 1987, p. 154).

Nesse tipo de funcionamento discursivo, o discurso deixa de ser um espaço de negociação simbólica e passa a operar como um instrumento de imposição de sentidos, no qual a interpretação não é aberta, mas rigidamente controlada. O sujeito não pode ocupar outra posição discursiva que não aquela previamente determinada pela instância de poder. Assim, o sujeito é reduzido à condição de receptor passivo, impedido de produzir leituras próprias ou questionamentos.

No contexto do *socing*, os sentidos são fixados pelo Partido e apresentados como evidências naturais, inquestionáveis. O controle da memória histórica, a reformulação constante dos fatos e a imposição de slogans paradoxais como “Guerra é paz” produzem o que Orlandi (1996) discorre sobre o efeito de evidência: “Diante de qualquer objeto simbólico ‘x’ somos instados a interpretar o que ‘x’ quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse ‘x’” (Orlandi, 1996, p. 30). O sujeito já não percebe que está diante de uma construção discursiva, pois o sentido imposto se apresenta como se fosse a própria realidade.

Além disso, a interdição da polissemia implica o bloqueio da interpretação crítica. Conforme Orlandi (1987), a polissemia é constitutiva da linguagem: “é a ‘fonte do sentido’ uma vez que é a própria condição de existência da linguagem. Se o sentido não fosse múltiplo não haveria necessidade do dizer” (Orlandi, 1987, p. 137), logo, pode-se reconhecer que todo discurso carrega a possibilidade de deslocamento de sentidos. No entanto, o discurso autoritário opera no sentido oposto: fecha o sentido, estabiliza-o e o transforma em verdade absoluta. É especialmente por meio do *novofalar*, elemento da obra que será abordado na próxima seção, cuja função é eliminar palavras ambíguas, sinônimos e termos abstratos, reduzindo drasticamente o campo interpretativo do sujeito, que se observa o funcionamento do *socing*.

Dessa forma, o sujeito da Oceânia é conduzido a aceitar sentidos pré-fabricados, não por coerção física direta, mas por um processo ideológico de naturalização discursiva. A linguagem deixa de ser espaço de construção simbólica e passa a funcionar como aparelho de controle, conforme o próprio Partido deseja, convergindo diretamente com a tese de Orlandi (1987) de que o discurso autoritário não apenas comunica, mas produz sujeitos assujeitados, moldados para repetir, reproduzir e legitimar a ideologia dominante. Nesse sentido, o *socing* não é apenas um sistema político, mas um dispositivo de subjetivação. Ele produz indivíduos incapazes de pensar fora das categorias impostas, bloqueando qualquer possibilidade de resistência simbólica. A ideologia deixa de ser percebida como tal, tornando-se o próprio horizonte de sentido do mundo social.

O *duplopensar*

O *duplopensar* constitui um dos pilares centrais do sistema ideológico do *socing*, funcionando como mecanismo cognitivo indispensável à manutenção do poder do Partido. Na obra, ele é definido como a capacidade de sustentar simultaneamente duas crenças contraditórias e aceitar ambas como verdadeiras, sem que isso gere conflito interno (Orwell, 2022). O texto do livro de Goldstein, lido por Winston, revela que o *duplopensar* está no cerne da estrutura de poder: “A mística do Partido, e acima de tudo do Núcleo do Partido, depende do *duplopensar*” (Orwell, 2022, p. 257).

Esse processo não se limita a um simples exercício de dissimulação ou mentira consciente. Ao contrário, ele exige que o sujeito, ao mesmo tempo em que manipula a realidade, se esqueça dessa manipulação, instaurando um estado mental paradoxal: a mentira precisa ser acreditada com absoluta convicção. O texto é categórico ao afirmar que:

O processo precisa ser consciente, mas também inconsciente; caso contrário provocará uma sensação de falsidade e, por consequência, de culpa. [...] contar mentiras deliberadas acreditando plenamente nelas, esquecer qualquer fato que se torne inconveniente e, quando necessário, resgatá-lo do esquecimento apenas pelo tempo que for preciso, negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo levar em conta a realidade negada - tudo isso é absolutamente primordial (Orwell, 2022, p. 254-255).

Desse modo, o mecanismo não opera apenas no plano individual, mas estrutura todo o funcionamento do regime: o indivíduo sabe que está alterando ou distorcendo a realidade. Em seguida, ele apaga essa consciência e passa a acreditar plenamente na versão fabricada.

O intelectual do Partido sabe em que sentido suas memórias precisam ser alteradas; portanto sabe que está se valendo de estratégias no trato com a realidade; mas com o exercício do *duplopensar* ele também se convence de que a realidade não foi violada (Orwell, 2022, p. 254).

Trata-se, portanto, de um sofisticado sistema de autoengano institucionalizado, como revela o narrador: “É por meio do *duplopensar* que o Partido conseguiu deter o curso da história” (Orwell, 2022, p. 255). Essa afirmação evidencia que o controle político não se dá apenas por repressão física, mas sobretudo pelo domínio da consciência. O Partido compreende que o poder duradouro depende da manipulação do senso de realidade dos sujeitos. Assim, a história deixa de ser um campo de fatos verificáveis e passa a ser aquilo que o Partido determina como verdadeiro em cada momento, pois “o Partido é o detentor da verdade absoluta” (Orwell, 2022, p. 254).

Em 1984, essa dinâmica se apresenta no controle exercido pelo Partido, que não precisa apenas impor sua ideologia de forma coercitiva: os próprios indivíduos internalizam o controle, passando a vigiar seus pensamentos e memórias. Assim, o *duplopensar* configura-se como um dispositivo disciplinar, por meio do qual o sujeito se torna simultaneamente objeto e agente do poder.

De modo complementar, o termo articula-se diretamente ao controle da memória, pois o sujeito aprende a esquecer fatos inconvenientes e, quando necessário, a resgatá-los apenas pelo tempo suficiente para negá-los novamente. Esse mecanismo é descrito como uma técnica mental: “Se for necessário reorganizar a memória da pessoa ou modificar registros escritos, então é necessário esquecer que esse processo foi realizado” (Orwell, 2022, p. 254). O esquecimento, portanto, não é acidental, mas aprendido, treinado e institucionalizado. No *velhofalar*, o termo seria chamado de “controle da realidade”; no *novofalar*, recebe o nome de *duplopensar* (Orwell, 2022, p. 254). Essa renomeação não é trivial: ela suaviza e normaliza a violência simbólica exercida sobre a mente.

Na estrutura ideológica do Partido, o *socing* não se sustenta apenas por propaganda externa, mas pela internalização de contradições. Os slogans do Partido, como “Guerra é paz, Liberdade é escravidão, Ignorância é força”, só fazem sentido dentro dessa lógica paradoxal. Tais enunciados não buscam convencer racionalmente, mas produzir efeitos de naturalização, fazendo com que a contradição seja incorporada como normalidade e entendida como uma verdade. Nesse contexto, o *duplopensar* não é apenas permitido, mas exigido como prova de lealdade ideológica. Quanto mais o indivíduo consegue sustentar contradições sem questioná-las, mais integrado ele está ao sistema. O Partido, portanto, transforma a incoerência em virtude política.

O Partido não domina apenas politicamente, mas institui um regime de verdade. O *duplopensar* produz um saber oficial, no qual a mentira deixa de ser percebida como tal e passa a operar como verdade legítima. É nesse sentido que O’Brien afirma a Winston: “O verdadeiro poder não é o poder sobre as coisas materiais, e sim sobre os homens” (Orwell, 2022, p. 310). Esse poder se concretiza justamente pela capacidade de moldar a percepção da realidade. O domínio político, portanto, não se limita ao corpo, mas se estende à mente. O *duplopensar* permite ao Partido ser simultaneamente rígido e flexível; inflexível em seus dogmas, mas adaptável na manipulação dos fatos. Como o texto destaca: “O grande feito do Partido é ter produzido um sistema no qual ambas as circunstâncias podem existir simultaneamente” (Orwell, 2022, p. 255).

Esse sistema garante a permanência no poder, pois impede que os sujeitos desenvolvam consciência histórica. Ao controlar o passado, o Partido controla o presente e condiciona o futuro. Nesse sentido, o *duplopensar* ultrapassa a condição de simples conceito ficcional e se configura como alegoria extrema dos mecanismos de manipulação discursiva nas sociedades autoritárias. Orwell constrói, assim, uma

crítica profunda às formas modernas de controle simbólico, antecipando debates sobre pós-verdade, propaganda e manipulação ideológica.

Dessa forma, ao compreender o *duplopensar* como um dos pilares do *socing*, percebe-se que o Partido não apenas ensina os indivíduos a conviver com contradições, mas os conduz a aceitá-las como verdades simultâneas. Essa prática evidencia que o controle não se restringe ao comportamento, mas alcança a interioridade do sujeito, moldando sua forma de pensar e interpretar o mundo. É nesse contexto que se insere o axioma “dois mais dois são cinco”, expressão máxima da negação da racionalidade. Se o *duplopensar* atua no plano da consciência, ensinando o indivíduo a sustentar proposições opostas, o axioma matemático materializa essa lógica em sua forma mais extrema, convertendo uma evidência lógica em dogma ideológico. Assim, passa-se do controle do pensamento à destruição da própria razão.

“Dois mais dois são cinco”: o colapso da razão em 1984

Longe de ser uma simples provocação ou distorção matemática, a formulação “dois mais dois são cinco” constitui o mais emblemático axioma do projeto totalitário do Partido. Essa proposição simboliza a negação radical da realidade objetiva e a submissão absoluta do sujeito à verdade imposta pelo poder. Ao impor uma verdade manifestamente falsa, o Partido evidencia que seu objetivo não é apenas controlar comportamentos, mas reconfigurar as próprias estruturas do pensamento.

Nesse sentido, Winston reflete:

No fim o Partido anunciaria que dois mais dois eram cinco, e a pessoa seria obrigada a acreditar. Era inevitável que fizessem essa afirmação mais cedo ou mais tarde: a lógica de sua posição exigia isso. Não era apenas a validade da experiência, mas a própria existência da realidade exterior era tacitamente negada por sua filosofia. O bom senso era a heresia das heresias. [...] Pois, afinal de contas, como sabemos que dois mais dois são quatro ? Ou que a força da gravidade funciona mesmo ? Ou que o passado é imutável ? Se tanto o passado como o mundo exterior existem apenas na mente, e se a mente é controlada, o que isso significa? (Orwell, 2022, p.111).

Observa-se que o poder do Partido não se limita à imposição de comportamentos, mas visa governar a própria estrutura da consciência. Não se trata apenas de aceitar uma mentira, mas de acreditar nela, incorporando-a subjetivamente como verdade. O Partido precisa negar evidências elementares porque sua autoridade depende da ruptura com qualquer referência externa à sua palavra. Se a realidade passa a existir apenas enquanto percepção subjetiva, e se essa percepção é manipulada, então a própria noção de verdade se dissolve. Tudo se converte em produto do discurso dominante. Assim, o poder não controla apenas os corpos, mas a própria constituição do real.

Essa lógica revela o caráter totalizante do regime. O Partido não admite a coexistência de verdades, pois isso abriria espaço para a dúvida e, conseqüentemente, para a resistência. Desse modo, ao impor o axioma “dois mais dois são cinco”, ele não busca convencer racionalmente, mas destruir a própria possibilidade de raciocínio. O sujeito não deve compreender, apenas aceitar, conforme explicita o narrador: “O Partido dizia para as pessoas rejeitarem as evidências coletadas por meio dos olhos e dos ouvidos. Era seu comando mais essencial e definitivo” (Orwell, 2022, p. 111).

Dessa forma, a lógica do regime fundamenta-se na anulação da razão crítica. O indivíduo não deve pensar, mas obedecer. A verdade deixa de ser resultado da reflexão e passa a assumir o estatuto de decreto. Winston percebe que a imposição do axioma “dois mais dois são cinco” é inevitável. Contudo, não basta repetir

mecanicamente a fórmula: é preciso incorporá-la subjetivamente. O axioma sintetiza, portanto, o triunfo do poder sobre a consciência, expressando a vitória do discurso autoritário sobre a memória, a experiência e a percepção. Quando o sujeito aceita essa formulação, já não possui qualquer ponto de resistência. Sua relação com o mundo passa a ser mediada exclusivamente pela palavra do Partido.

O controle da linguagem e da verdade permite a fabricação de realidades, tornando desnecessária a violência permanente. O sujeito submete-se voluntariamente, pois já não dispõe de instrumentos para pensar fora da lógica imposta. Assim, o colapso da razão em 1984 não ocorre de forma abrupta, mas por meio de um processo gradual de corrosão do pensamento. O axioma “dois mais dois são cinco” não é apenas um slogan, mas o emblema máximo da destruição da autonomia intelectual. Ele marca o ponto em que a consciência deixa de ser espaço de liberdade para se tornar território ocupado pelo poder.

A aceitação dessa fórmula representa o estágio final do processo de reeducação de Winston. Não se trata apenas de submissão externa, mas de captura da interioridade. O sujeito já não precisa ser vigiado, pois passa a vigiar a si mesmo. A dominação torna-se internalizada. O diário, que inicialmente funcionava como espaço de resistência, converte-se em instrumento de submissão: “Quase sem pausa, anotou mais abaixo: DOIS MAIS DOIS SÃO CINCO” (Orwell, 2022, p. 322). Portanto, a escrita, que antes era prática de contestação, transforma-se em reprodução do discurso oficial. Winston já não escreve para afirmar sua própria verdade, mas para reiterar a verdade do Partido. O espaço da linguagem, que poderia ser lugar de resistência, é completamente capturado. Quando o indivíduo aceita que dois mais dois são cinco, abdica de sua autonomia intelectual. A consciência já foi conquistada. O sujeito já não pensa: ele reproduz.

O novofalar

Na distopia orwelliana, o *novofalar* (ou *novilíngua*) configura-se como um dos mais sofisticados dispositivos de dominação do Partido, consolidando o idioma oficial da Oceânia e sendo criado especificamente para atender às necessidades ideológicas do *socing*. Diferentemente das línguas naturais, seu projeto não visava ampliar a comunicação, mas restringi-la. Mais do que um simples código linguístico, trata-se de um projeto político de engenharia simbólica, cujo objetivo central é restringir progressivamente as possibilidades de pensamento. Conforme apresentado no apêndice da obra:

O *novofalar* era o idioma oficial da Oceânia, e foi criado para atender às necessidades ideológicas do *Socing*, ou Socialismo Inglês. No ano de 1984 ainda não havia ninguém que usasse o *novofalar* como sua única forma de comunicação, fosse na linguagem oral ou escrita. As principais matérias do Times eram escritas no idioma, mas se tratava de um tour de force de que só um especialista era capaz. A expectativa era que o *novofalar* superasse o *velhofalar* (ou a linguagem padrão que conhecemos) por volta do ano 2050. (Orwell, 2022, p. 349).

Nesse excerto, observa-se que o *novofalar* ainda se encontrava em fase de implementação, mas já ocupava espaços estratégicos da comunicação oficial do regime, sobretudo nos órgãos de imprensa. Tal estratégia revela o caráter gradual do processo de dominação, que atua silenciosamente sobre os sujeitos, naturalizando a substituição do idioma tradicional por uma nova forma de expressão rigidamente controlada.

Nesse sentido, a língua passa a operar como um dispositivo político, planejado para reorganizar o pensamento coletivo. Orwell deixa explícito que o objetivo central

do *novofalar* era estreitar a abrangência do pensamento, tornando literalmente impossível a formulação de ideias heréticas: “O propósito do *novofalar* era não só fornecer um meio de expressão para a visão de mundo e os hábitos mentais apropriados aos seguidores do Socing, mas também tornar todas as outras formas de pensamento impossíveis” (Orwell, 2022, p. 350).

A consolidação do *novofalar* ocorre por meio de um processo sistemático de eliminação lexical, cujo princípio não é a criação, mas a destruição de palavras. Esse projeto é explicitado por Syme, filólogo responsável pela elaboração da 11ª edição do Dicionário de *Novofalar*, em diálogo com Winston: “Estamos destruindo palavras — dezenas delas, centenas delas, todos os dias. Estamos reduzindo a linguagem às suas estruturas elementares. A 11ª edição não vai ter uma única palavra que vá se tornar obsoleta antes do ano 2050” (Orwell, 2022, p. 82). Essa afirmação evidencia que o empobrecimento vocabular é intencional e programado. A língua passa a ser reduzida às suas formas mais elementares, eliminando-se nuances semânticas, ambiguidades e possibilidades interpretativas. O objetivo, como o próprio Syme esclarece, é o estreitamento da capacidade de pensar:

Você não entende que o propósito do novofalar é justamente estreitar a abrangência do pensamento? No fim, vamos tornar o crime de pensamento literalmente impossível, porque não vão existir palavras para expressá-lo. Cada conceito considerado necessário vai ser expresso com exatidão por uma única palavra, com um sentido definido de forma bem rígida, eliminando e esquecendo todas as suas acepções secundárias. Com a 11ª edição estamos quase chegando a esse objetivo (ORWELL, 2022, p. 83).

Dessa forma, o Partido compreende que pensar depende da linguagem. Ao suprimir palavras, suprime-se também a possibilidade de formular ideias dissidentes. Trata-se de um mecanismo de censura preventiva, que atua antes mesmo da formulação do pensamento, pois este já nasce interditado pela ausência de recursos linguísticos. Nesse sentido, cada conceito passa a ser rigidamente controlado. Observa-se, portanto, a destruição da polissemia, característica fundamental da linguagem humana. O discurso torna-se unívoco, fechado, incapaz de produzir sentidos múltiplos. Esse empobrecimento semântico resulta numa forma de comunicação mecanizada, destituída de reflexão crítica.

Outro aspecto relevante do *novofalar* é a eliminação dos antônimos. A própria estrutura da língua passa a incorporar o oposto em si mesma: “A palavra já carrega em si mesma o seu oposto. A palavra ‘bom’, por exemplo. Se existe uma palavra como ‘bom’, qual é a necessidade de uma palavra como ‘ruim’? ‘Desbom’ serve perfeitamente” (Orwell, 2022, p. 82). Esse procedimento demonstra como a língua é artificialmente simplificada, anulando contrastes, gradações e complexidades. Assim, a linguagem deixa de ser espaço de elaboração subjetiva e torna-se instrumento técnico do poder.

O impacto desse projeto linguístico reflete diretamente na constituição dos sujeitos. O indivíduo já não formula pensamentos próprios, mas apenas reproduz enunciados legitimados pelo Partido. Tal fenômeno é visível durante os Dois Minutos de Ódio, quando o discurso perde seu caráter humano: “O que saía de dentro dele eram palavras, mas não um discurso na verdadeira acepção da palavra: era um ruído emitido de forma inconsciente, como o grasnado de um pato” (Orwell, 2022, p. 85). Aqui, a linguagem é reduzida a mero ruído, destituída de intencionalidade crítica. O sujeito torna-se um corpo falante, mas não pensante, o que revela a completa submissão à lógica totalitária.

A estrutura gramatical do *novofalar* também funciona como índice estruturante de subjugação. No *novofalar*, a língua eliminava irregularidades, reduzia flexões verbais e simplificava radicalmente a morfologia. Palavras “difíceis” de pronunciar eram consideradas indesejáveis e, por isso, reformuladas. Essa busca pela eufonia não era estética, mas funcional: quanto mais automática fosse a fala, menor seria a possibilidade de reflexão crítica. Como destaca Orwell (2022), o objetivo era que o indivíduo articulasse o discurso “sem a necessidade de envolvimento dos centros mais sofisticados do cérebro” (Orwell, 2022, p. 359).

Nesse processo, observa-se o que Orlandi (1987) conceitua como um funcionamento do discurso autoritário, no qual os sentidos são previamente determinados e o sujeito não tem acesso à polissemia da linguagem. O *novofalar* elimina a possibilidade de deslizamento de sentidos, impondo significados únicos, rígidos e controlados, o que inviabiliza a interpretação e a contestação. Sob essa mesma perspectiva, Fiorin (2007) contribui para essa leitura ao afirmar que a ideologia se materializa na língua, pois é nela que os valores e as visões de mundo se inscrevem. No caso do *novofalar*, a ideologia não apenas atravessa a linguagem, mas a constitui estruturalmente. Cada palavra passa a ser um instrumento de regulação do pensamento.

Um exemplo insigne é a palavra “livre”, que ainda existia no *novofalar*, mas apenas em usos concretos, como “um campo livre de ervas daninhas” ou “um cachorro livre de pulgas”, de modo algum poderia ser utilizada no sentido de “politicamente livre” ou “intelectualmente livre” (Orwell, 2022, p. 350). O sentido político de liberdade havia sido completamente apagado, pois, como afirma o texto: “A liberdade política e intelectual havia deixado de existir até mesmo como conceito, tornando desnecessária, portanto, a existência de termos para nomeá-la” (Orwell, 2022, p. 350).

Desse modo, o *novofalar* configura-se como um dispositivo de dominação total, pois opera na dimensão mais profunda da subjetividade. Ao destruir palavras, o Partido destrói também a possibilidade de resistência, instaurando uma forma de poder que não precisa mais recorrer à violência física, pois já se consolidou no plano simbólico. Observa-se que o *novofalar* não foi criado para expandir a linguagem, mas para destruí-la progressivamente, tornando-a cada vez mais pobre e estritamente funcional aos interesses do Partido. A redução vocabular passa a ser, portanto, um fim em si mesmo, pois quanto menor o número de palavras, menor a capacidade de pensar criticamente. Assim, Orwell (2022) demonstra que o controle absoluto não se estabelece apenas pela repressão, mas sobretudo pela manipulação da linguagem, evidenciando o papel central do discurso na manutenção dos regimes totalitários.

Considerações finais

Em 1984, George Orwell representa a literatura como instrumento de dominação e, simultaneamente, de resistência. Nesse cenário, o personagem Winston Smith corporifica o sujeito cindido, sintoma evolutivo da modernidade, materializado em sua trajetória deslocada da totalidade social, cuja interioridade entra em conflito permanente com uma realidade fechada, autoritária e hostil. Essa configuração permite compreender o romance como expressão estética da ruptura da totalidade vivida, tese central da reflexão de Georg Lukács (2000). Diante das transformações da sociedade moderna, o romance torna-se o gênero necessário capaz de expressar a melancolia histórica da modernidade e a tentativa, sempre inconclusa, de recomposição do sujeito no mundo. Desse modo, a narrativa não oferece reconciliação, mas dramatiza a impossibilidade de integração entre o indivíduo e o mundo, transformando a fratura em matéria estética.

Embora a literatura apresente singular capacidade de resistência simbólica em contextos totalitários, a obra denota que a restrição da linguagem, por meio da redução do léxico e criação de uma nova língua, implica diretamente o esvaziamento progressivo da literatura, visto que pensar, formular e questionar pressupõem acesso à linguagem, e, quando esta é controlada, o sujeito perde o domínio sobre si e sobre a realidade que o cerca. Ao manipular a linguagem e produzir verdades artificiais, o Partido atua diretamente sobre a consciência dos sujeitos, retirando-lhes a possibilidade de pensar criticamente.

A análise dos mecanismos discursivos, especialmente o *socing*, o *duplopensar* e o *novofalar*, evidencia como a estrutura política elaborada em 1984 intervém na constituição da consciência individual. Esses dispositivos reorganizam o campo do dizível e do pensável, restringem a polissemia da linguagem, naturalizam contradições e impõem verdades. À luz da análise do discurso, observou-se que o funcionamento discursivo em 1984 é autoritário, pois impede o acesso a outros sentidos possíveis e conduz o sujeito à adesão a significações pré-fabricadas. Desse modo, confirma-se que o controle exercido pelo Partido ultrapassa a coerção física e incide de forma profunda sobre a esfera simbólica, evidenciando que o poder totalitário se sustenta, sobretudo, pela captura da palavra.

Diante dessas reflexões, torna-se possível afirmar que a literatura, mesmo submetida a tentativas sistemáticas de domesticação, mantém sua força crítica justamente por revelar os mecanismos de poder que buscam silenciá-la. Ao representar a manipulação extrema da linguagem, a obra de Orwell evidencia, por contraste, a centralidade da palavra como espaço de resistência e de formação da consciência crítica. A literatura afirma-se, assim, como campo de disputa simbólica, no qual se confrontam memória e apagamento, verdade e falsificação, subjetividade e controle.

Referências

ADORNO, Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In: **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003a.

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003b.

BRADFORD, Richard. **Orwell**: um homem do nosso tempo. São Paulo: Tordesilhas livros, 2020.

CUNHA, Diego de Oliveira da; SEVERIANO JÚNIOR, Ely; SILVA, Davi José de Souza da. O uso da arte na Indústria Cultural à luz de Adorno. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, [S. l.], v. 6, p. e13074, 2024. DOI: 10.47149/pemo.v6.e13074. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13074>. Acesso em: 20 ago. 2026.

DUTRA, C. **A literatura disruptiva de Campos de Carvalho**. Florianópolis: Lunário do Farol, 2023. Disponível em: <https://claudiodutra.substack.com/p/a-literatura-disruptiva-de-campos>. Acesso em 22 jun. 2026.

ESPÍNDOLA, A. J. et al. Literatura brasileira e comparada, teoria literária, narrativa, poesia, memória, cânone e resistência. **Revista Ilustração**, Santo Ângelo, v. 7, n. 6,

p. 55-73, 2026. DOI: 10.46550/ilustracao.v7i6.673. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/673>. Acesso em: 20 ago. 2026.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.

FRANCISCO DE LIMA DANTAS, João; VIEIRA DA SILVA FILHO, Antônio. Romance/literatura:: Um objeto em transição. **Kalágatos**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 129–144, 2021. DOI: [10.23845/kalagatos.v14i1.6255](https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6255). Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6255>. Acesso em: 20 ago. 2026.

JACOB, Livia Penedo; SOUZA, Roberto Acízelo de. **História da Literatura Brasileira**: do princípio ao precipício. *fólio - revista de letras*, v. 16, n. 1, p. 78–88, 2025.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas das grandes épicas. São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34, 2000.

MARTINS, Romeu. Introdução. In: ORWELL, George. **1984**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2022, p. 13-24.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORSI, Carlos. Posfácio. In: ORWELL, George. **1984**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2022, p. 364-370.

ORWELL, George. **1984**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2022.

REZENDE, Jadson da Costa. **Guimarães Rosa e o narrador tradicional**: um debate à luz das considerações de Walter Benjamin. 2026. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2026. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/24999>. Acesso em: 20 ago. 2026.

SOARES JUNIOR, A. C.; DE SOUZA JUNIOR, J. R.; DA SILVA, I. H. A construção da linguagem e o discurso totalitário: da redução do outro às vias democráticas do diálogo. **Revista de Geopolítica**, v. 17, n. 4, e2024, 2026. DOI: 10.56238/revgeov17n4-005. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/2024>. Acesso em: 20 ago. 2026.

SANTOS, Andryelle Silva dos. Totalitarismo, distopia e poder em 1984 de George Orwell. **Entheoria**: Cadernos de Letras e Humanas, Serra Talhada, v. 8, n. 2, p.

115–128, 2022. Disponível em:

<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/entheoria/article/view/4832>. Acesso em: 20 ago. 2026.

TAVARES, Débora Reis. Notas. In: ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Antofágica, 2021.

ZILBERMAN, Regina. Literatura em perigo, o perigo da literatura. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 43, n. 3, p. 1-14, 2025. DOI: 10.5007/2175-795X.2025.e105293. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/105293>. Acesso em: 20 ago. 2026.

Informações complementares

Descrição		Declaração
Financiamento		Não se aplica.
Aprovação ética		Não se aplica.
Conflito de interesses		Não há.
Disponibilidade dos dados de pesquisa subjacentes		O trabalho não é um <i>preprint</i> e os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos neste artigo.
Uso de Inteligência Artificial		Não há.
CrediT	Dhaphynne Cristynna dos Santos de Negreiros	Funções: conceitualização, investigação, administração do projeto, visualização, escrita – rascunho original, escrita – revisão e edição.
	David Siqueira Fontes Neto	Funções: conceitualização, administração do projeto, supervisão, escrita – revisão e edição.

Avaliadores: Dr. Francisco Topa* (Universidade do Porto. Porto, Portugal). O avaliador “B” optou pela avaliação fechada e pelo anonimato.

Revisor do texto em português: David Siqueira Fontes Neto**.

Revisor do texto em inglês: David Siqueira Fontes Neto**.

Revisora do texto em espanhol: Liliane Lira de Carvalho**.

Como citar (ABNT):

NEGREIROS, Dhaphynne Cristynna dos Santos de; FONTES NETO, David Siqueira. Literatura sob controle: o romance 1984 em perspectiva crítica. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 10, p. e2317, 2026. DOI: 10.47236/2594-7036.2026.v10.2317. Disponível em: <https://sitionovo.iftto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/2317>.

* Optou pela avaliação aberta e autorizou somente a divulgação da identidade como avaliador no trabalho publicado.

** Conforme informado pelos autores e comprovado pelo documento anexado ao sistema.